



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E  
CONTABILIDADE  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MARCELO JACKSON VIEIRA RAMOS**

**A MATERIALIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NOS CLUBES BRASILEIROS  
DE FUTEBOL: UMA ANÁLISE NO PERÍODO DE 2013 A 2015.**

**FORTALEZA  
JUNHO DE 2017**

MARCELO JACKSON VIEIRA RAMOS

A MATERIALIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NOS CLUBES BRASILEIROS DE  
FUTEBOL: UMA ANÁLISE NOS PERÍODOS DE 2013 A 2015.

Artigo apresentado ao Curso  
de Bacharelado em Contabilidade da  
Universidade Federal do Ceará, como requisito  
à obtenção do título  
de Bacharel em Contabilidade.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Cíntia de Almeida  
Coorientador: Prof<sup>ª</sup>. Ma Ariane Firmeza

FORTALEZA  
2017

MARCELO JACKSON VIEIRA RAMOS

A MATERIALIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NOS CLUBES BRASILEIROS DE  
FUTEBOL: UMA ANÁLISE NO PERÍODO DE 2013 A 2015.

Artigo apresentado ao Curso  
de Bacharelado em Contabilidade da  
Universidade Federal do Ceará, como requisito  
à obtenção do título  
de Bacharel em Contabilidade.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Ma. Cíntia de Almeida (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Me. Eduardo Rodrigues Linhares  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Carlos Adriano Santos Gomes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **A MATERIALIDADE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NOS CLUBES BRASILEIROS DE FUTEBOL: UMA ANÁLISE NO PERÍODO DE 2013 A 2015.**

Marcelo Jackson Vieira Ramos<sup>1</sup>  
Cíntia de Almeida<sup>2</sup>  
Ariane Firmeza Mota<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O futebol consegue movimentar anualmente bilhões de reais em todo planeta, tendo grande importância, tanto na economia brasileira como mundial. Dentro das Receitas dos Clubes, constam as receitas de Cotas de TV, Patrocínio e Publicidade, Sócios-Torcedores, Bilheteria, Clube Social e as Receitas com Atletas. Sendo assim, este Estudo busca analisar a materialidade do Ativo Intangível dos Clubes de Futebol da Série A do Campeonato Brasileiro nos anos de 2013 a 2015. Esta pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, referente aos procedimentos, o mesmo se deu por meio de uma análise documental das demonstrações financeiras divulgadas pelos 22 clubes participantes da Série A do Campeonato Brasileiro. Através do resultado da materialidade, é feita uma comparação com os valores das variáveis de Retorno sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido, além dos resultados alcançados em Campo. Pela análise feita, é possível inferir que a materialidade do Ativo Intangível dos Clubes de Futebol Brasileiros não interfere no resultado das variáveis de Retorno sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido, e tampouco em seu resultado esportivo.

**Palavras-chave:** Ativo Intangível; Clubes de Futebol; Materialidade; Rentabilidade.

### **ABSTRACT**

The soccer can manage annually billions of reals throughout the planet, having great importance, as much in the Brazilian economy as worldwide. Within the Revenue of the Clubs, the revenues of Cotas de TV, Sponsorship and Publicity, Partners-Supporters, Box Office, Social Club and Revenues with Athletes are included. Thus, this study seeks to analyze the materiality of the Intangible Assets of Brazilian Serie A Football Clubs in the years 2013 to 2015. This research is classified as exploratory and descriptive, with a qualitative-quantitative approach, referring to the same procedures was based on a documentary analysis of the financial statements disclosed by the 22 participating clubs in the Brazilian Championship Series A. Through the result of the materiality, a comparison is made with the values of the Return on Asset and Return on Equity variables, in addition to the results achieved in the Field. From the analysis made, it is possible to infer that the materiality of the Intangible Assets of Brazilian Soccer Clubs does not interfere in the result of the variables of Return on Asset and Return on Stockholders' Equity, nor in their sporting results.

**Keywords:** Intangible asset; Football clubs; Materiality; Profitability.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará.

<sup>2</sup> Orientadora, Mestre e Professora de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará.

<sup>3</sup> Co-orientadora, Mestre e Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil o futebol é o esporte mais popular no país, alcançando diversas pessoas de diferentes idades, rendas, gerações, gerando uma cadeia econômica de elevada movimentação financeira que é sustentada pelos clubes, atletas, entidades reguladoras e pelos torcedores.

A atividade profissional do futebol consegue movimentar anualmente bilhões de reais em todo planeta, tendo grande importância, tanto na economia Brasileira como Mundial. Segundo estudo realizado pela BDO (2015), somados apenas os 24 clubes, sendo os vinte integrantes da primeira divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol disputado em 2014 e os quatro restantes, sendo os melhores da segunda divisão no mesmo ano, chega-se a um montante de receitas total de R\$ 3.217.000.000,00 (três bilhões duzentos e dezessete milhões de reais).

Dentro das Receitas dos Clubes, são apresentadas as receitas de Cotas de TV, Patrocínio e Publicidade, Sócios-Torcedores e as receitas com Atletas. Sendo que do valor acima citado, 13% das receitas totais dos Clubes Brasileiros, no ano de 2014, foram com as transferências de atletas (BDO 2015). Os atletas dos Clubes de Futebol são classificados como Ativos Intangíveis na contabilidade dessas entidades desportivas.

Nos clubes de futebol, os ativos intangíveis são representados pelos valores gastos com os atletas, sejam eles profissionais ou em formação, Softwares, Direitos de Imagem; nesse grupo são representados os seus direitos federativos sendo que as transferências desses atletas têm uma significativa participação nas Receitas Totais dos Clubes. Sendo assim, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: **Qual a materialidade do Ativo Intangível evidenciado nas Demonstrações Contábeis dos Clubes de Futebol no Brasil?** O objetivo principal do trabalho é verificar a materialidade do Ativo Intangível evidenciado nas Demonstrações Contábeis dos Clubes de Futebol no Brasil do Campeonato Brasileiro da Série A. Como objetivos específicos procura-se analisar os elementos que compõem o Intangível dos clubes de futebol; apresentar a movimentação financeira dos clubes no período de 2013 a 2015; relacionar a participação do Intangível nos resultados obtidos.

Diante disso, este estudo se justifica pelas frequentes e elevadas movimentações financeiras que envolve o negócio do futebol, que vai ter como uma parcela os jogadores de futebol, que representam parte significativa de recursos dessas entidades; e também na importância da Contabilidade para o futebol, pois é através das publicações das Demonstrações Contábeis que vai ser possível verificar a situação financeira dos clubes de futebol.

O futebol envolve muito mais que só os torcedores dos clubes, se relaciona com a Televisão, sendo a mesma responsável pela transmissão dos jogos; as empresas, que estampam as suas marcas nas camisas dos clubes; o governo, que recebe o pagamento de impostos. Sendo esses também responsáveis por um volume nas receitas dos clubes.

Sendo assim, existem muitos interessados que se relacionam de alguma maneira com os clubes de futebol, e para eles as Demonstrações Contábeis são de extrema importância, pois é através do que se tem publicado que se pode conhecer a estrutura econômica, financeira e patrimonial dos clubes e também da análise dessas Demonstrações que eles tomam decisões.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Ativo Intangível

Segundo Iudícibus et al. (2010), os intangíveis são um ativo como outro qualquer. São agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma empresa detém o controle e exclusividade de sua exploração. Sendo que os ativos intangíveis vão se diferir dos ativos tangíveis, pois esses são visivelmente identificados e contabilmente separados, enquanto os intangíveis por vezes não o são.

Schmidt e Santos (2002, p. 14) definem “[...] ativos intangíveis como recursos incorpóreos controlados pela empresa capazes de produzir benefícios futuros.”..

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) de número 04, que é uma correlação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS 38), os ativos intangíveis são ativos monetários identificáveis e sem substância física. Para um ativo intangível ser reconhecido, é necessário que ele atenda às seguintes características:

A) *Ser identificável*: um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou, quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade, ou de outros direitos e obrigações.

B) *Ser controlado pela empresa*: a entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e também quando detém o poder de restringir o acesso de terceiros a estes benefícios.

C) *Gerar benefício econômico futuro*: os benefícios econômicos futuros gerados por um ativo intangível podem incluir a receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Além dessas características (ser identificável, ser controlado pela empresa e gerar benefício econômico futuro), o Ativo Intangível deve ser reconhecido nas Demonstrações Contábeis somente se os benefícios econômicos do determinado ativo forem gerados a favor da entidade e se o custo desse ativo puder ser mensurado com confiabilidade.

Nos Clubes de futebol, o Ativo Intangível é representado pelos Atletas desses clubes, sendo que nessa conta é registrado os gastos com a contratação e renovação de contrato de atletas profissionais – *luvas*, valor adicional que costuma ser pago no início do contrato; *direitos federativos*, que surge na assinatura do contrato de trabalho entre o time e o jogador, quando o clube adquire o direito de registrar o vínculo desportivo na sua federação; e *direitos econômicos*, que são derivados de uma multa rescisória que pode ser paga na transferência de um atleta, sendo esse valor negociado no contrato – além dos gastos com a formação dos atletas (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica).

Os Direitos de Imagem dos atletas, também são contabilizados, sendo que no contrato que é firmado com os atletas, é autorizado o clube a fazer uso dos direitos sobre o nome, apelido desportivo, voz e imagem desse atleta, seja em campanhas publicitárias ou/e eventos de interesse do clube.

Silva e Carvalho (2009) ressaltam que os clubes de futebol brasileiros movimentam grandes valores, provenientes em grande parte dos seus ativos intangíveis. Sendo assim Iudícibus et al. (2010) afirma que os direitos federativos constituem o principal ativo de

um clube de futebol, que é classificado como ativo intangível. Dentre os benefícios, que se esperam obter com os atletas dos times, destacam-se os contratos de publicidade, premiações por conquistas de competições, cotas para transmissão de jogos e receitas auferidas com a venda de produtos associados à imagem dos atletas ou à do próprio clube.

## **2.2 Legislações Aplicáveis aos Clubes de Futebol**

A partir da década de 1930, com o Governo de Getúlio Vargas, o futebol brasileiro foi alvo de sua primeira grande transição, quando o amadorismo foi gradativamente substituído pelo profissionalismo dos atletas, surgindo assim a profissão de jogador de futebol.

Em 1938, o profissionalismo foi adotado pelos principais clubes brasileiros, sob o comando da denominada Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Esta foi criada como resultado de uma combinação entre a primeira versão da CBD, que representava os interesses dos clubes amadoristas, com a Federação Brasileira de Futebol, que representava o profissionalismo de outras organizações.

Em 1941, foi criado o Conselho Nacional do Desporto, quando o Estado brasileiro assumiu de forma explícita a gestão do futebol. Pode-se considerar que a legislação desportiva no Brasil teve início nesse ano, mais especificamente na data 14 de abril de 1941, através do Decreto-Lei nº 3.199, pois foi através desse Decreto, que foram introduzidos alguns princípios básicos das entidades desportivas, como por exemplo, a proibição da organização e o funcionamento de entidades desportivas que decorresse lucro para os investidores.

Após os princípios básicos do Decreto-Lei, em 1976 foi sancionada a primeira Lei específica aos clubes de futebol, a Lei nº 6.354/76, a chamada Lei do Passe. A Lei garantia aos clubes formadores de atletas a possibilidade de usufruir o direito sobre o futebol dos jogadores. De acordo com o artigo 11º, dessa Lei, “entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observada as normas desportivas pertinentes”, sendo assim, o jogador era visto como um bem para a instituição, podendo o clube vender o direito sobre o jogador.

Em 1993 foi criada a Lei nº 8.672/93, conhecida como Lei Zico. A principal novidade apresentada por esta lei foi a possibilidade dos clubes serem gerenciados por entidades com fins lucrativos, indicando, assim, a intenção do governo de transformar os clubes em empresas.

Em 1998, foi lançada a Lei Geral sobre os Desportos, mais conhecida como Lei Pelé (Lei nº 9.615/98). Sendo que essa Lei é uma das que mais apresentou novidades que mexeram com a estrutura dos clubes, uma delas foi a extinção do passe, impedindo que os clubes negociem os direitos sobre os seus atletas, o que acabou reduzindo a receita dos clubes. Mas o passe não foi totalmente extinto nesse momento, os clubes ainda poderiam firmar contratos com jogadores por eles formados até a idade de 23 anos, sendo que a partir desse momento o atleta adquiriria os direitos sobre seu passe, podendo assim firmar novos compromissos com qualquer outro clube. Outro ponto que a Lei Pelé normatizou, foi a obrigatoriedade de os clubes se tornarem empresas.

Em 2003, outras duas leis foram criadas: a Lei nº 10.671/03, conhecida como Estatuto do Torcedor, que trouxe alterações sobre os direitos dos torcedores, no que refere ao "respeito" com o torcedor de futebol, sendo estes reconhecidos como consumidores/clientes do futebol. Já a Lei de Moralização do Futebol, Lei nº 10.672/03, obriga os clubes de futebol envolvidos em qualquer competição, a publicar as demonstrações contábeis em órgãos da União, Estado ou Distrito Federal, também obriga a publicação em jornal de grande circulação auditado por auditores independentes e elaborado de acordo com a Lei nº

6.404/1976, Lei das Sociedades por Ações. Mas a principal alteração que advém dessa Lei, é a responsabilidade que os dirigentes vão ter em caso de má administração dos clubes.

Em 2004, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a Resolução nº 1.005, NBC T 10.13, que trata dos aspectos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais. A NBC T 10.13, disciplina e padroniza critérios e procedimentos específicos de avaliação, registros contábeis e da estrutura dos demonstrativos contábeis das entidades de futebol profissional. Mas em 25 de janeiro de 2013, o CFC aprovou a Resolução nº 1.429, NBC ITG 2003. Essa resolução revogou a anterior, alterando algumas interpretações da norma NBC T 10.13, sendo que a principal vai ser referente à classificação dos valores gastos com os atletas em formação, que passa a ser registrado no Ativo Intangível da entidade desportiva e não mais no Ativo Imobilizado, como era classificado anteriormente.

A mais recente lei é do ano de 2015 (Lei 13.155/15) que instituiu o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) sendo esse um programa destinado a incentivar clubes, ligas, federações estaduais e CBF a adotarem práticas modernas de gestão em contrapartida da concessão de parcelamento e redução de débitos tributários e não-tributários com a Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Banco Central e débitos relativos a Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Esse programa tem como principal objetivo fazer com que as entidades desportivas paguem suas dívidas tributárias, sendo que ele possibilita o refinanciamento dessas dívidas em 240 meses, com redução nas multas, juros e encargos. A principal novidade é a instituição do “rebaixamento” forçado à divisão inferior para os clubes, isso ocorrendo não apenas no futebol, mas em outras modalidades, casos esses clubes não estejam em dia com obrigações tributárias, trabalhistas e relativas a direitos de imagem dos atletas profissionais.

### **2.3 Estudos Empíricos Anteriores**

Existem vários estudos envolvendo clubes brasileiros de futebol, sendo que grande parte desses estudos se referem à adequação das Demonstrações Contábeis dos Clubes com os Princípios Contábeis que são adotados no Brasil, ou seja, como essas Demonstrações são evidenciadas pelos Clubes. Alguns Estudos analisam especificamente os Ativos Intangíveis, verificando a sua correta evidenciação, assim como, as informações que constam nesse grupo de contas.

Bastos, Pereira e Tostes (2006) analisaram balanços publicados por quatro clubes de futebol brasileiros (Flamengo, Fluminense, Vasco e Santos) e europeus (Porto, Benfica, Manchester United e Barcelona), constatando que nenhum dos clubes do Brasil evidenciava no Ativo Imobilizado o valor aplicado na contratação dos atletas, nem os gastos efetuados com a sua formação, tal como era feito pelos clubes europeus.

Maia, Cardoso e Ponte (2012) investigaram as práticas de *disclosure* adotadas pelos dez clubes de futebol mais valiosos do Brasil, no que se refere aos ativos intangíveis e confrontaram essas práticas com aquelas adotadas pelos dez clubes estrangeiros mais valiosos. Nesse estudo pôde-se observar que os clubes brasileiros, em geral, apresentaram poucas informações relativas aos seus ativos intangíveis, de acordo com o CPC 04, já com relação aos clubes europeus, verificou-se que, em geral, apresentaram muitas informações relativas aos seus ativos intangíveis, de acordo com as exigências da IAS 38.

Mota, Brandão e Ponte (2014) verificaram se o nível de *disclosure* do ativo intangível dos clubes brasileiros de futebol é influenciado pela sua materialidade, sendo que foram examinadas as demonstrações financeiras de 26 clubes participantes da Série A do



Campeonato Brasileiro de Futebol no período compreendido entre 2010 e 2012. Os resultados indicaram a existência de uma correlação positiva entre essas duas variáveis, o nível de *disclosure* e a materialidade do ativo intangível, demonstrando que quanto maior a representatividade do ativo intangível, maior vai ser o nível de *disclosure* do clube.

Galvão e Miranda (2015) investigaram como os clubes de futebol brasileiros evidenciavam o valor dos seus atletas nos relatórios contábeis, sendo esses os atletas profissionais e os atletas em formação, verificando se os clubes estão atendendo aos padrões das normas brasileiras de contabilidade para o ativo intangível. Foram analisados 20 clubes brasileiros das Séries A e B do Campeonato Brasileiro, sendo encontrados os clubes que mais evidenciavam as informações sobre o valor dos seus atletas (São Paulo e Botafogo) e os que menos detalhavam (América Mineiro, Atlético Mineiro e Atlético Paranaense). Verificou-se também que os atletas profissionais representavam em média 16,91% do ativo total, enquanto os atletas em formação representavam 3,6%, sendo que os atletas em geral possuem em média uma participação de 16,51% do ativo total.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 Tipologia da Pesquisa

Em relação aos objetivos da pesquisa, a mesma é classificada como exploratória e descritiva. É exploratória, pois procura proporcionar uma ampla conceituação e análise dos temas. De acordo com Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. É descritiva, pois procura descrever as características dos Ativos Intangíveis dos Clubes Brasileiros de futebol, e a relação que esse grupo possa vir a ter com o Desempenho do mesmo.

No que se refere à natureza do problema, esta pesquisa tem abordagem qualitativa, utilizando-se a análise de conteúdo dos documentos levantados, verificando a materialidade do Ativo Intangível nos Clubes, e a comparação do mesmo com o decorrer dos anos.

Em relação aos procedimentos, a mesma se classifica como documental. A fonte documental é constituída pelas demonstrações contábeis dos clubes brasileiros que estiveram na Série A do Campeonato Brasileiro nos anos de 2013, 2014, e 2015, coletadas nos respectivos portais eletrônicos, nas respectivas federações ou em bolsas de valores em que suas ações são negociadas.

#### 3.2 Amostra e Dados

Esta pesquisa terá como amostra inicial os times que participaram do Campeonato Brasileiro da Série A, conforme quadro 1 nos anos de 2013 a 2015, reunindo um total de 26 times. No quadro abaixo são apresentados os clubes e os anos que os times participaram da Série A.

#### **Quadro 1 – Clubes da amostra inicial e seus respectivos anos de participação na Série A do Campeonato Brasileiro**

Item	Clube	Ano
1	Atlético MG	2013/2014/2015

2	Atlético PR	2013/2014/2015
3	Avaí	2015
4	Bahia	2013/2014
5	Botafogo	2013/2014
6	Chapecoense	2014/2015
7	Corinthians	2013/2014/2015
8	Coritiba	2013/2014/2015
9	Criciúma	2013/2014
10	Cruzeiro	2013/2014/2015
11	Figueirense	2014/2015
12	Flamengo	2013/2014/2015
13	Fluminense	2013/2014/2015
14	Goiás	2013/2014/2015
15	Grêmio	2013/2014/2015
16	Internacional	2013/2014/2015
17	Joinville	2015
18	Náutico	2013
19	Palmeiras	2014/2015
20	Ponte Preta	2013/2015
21	Portuguesa	2013
22	Santos	2013/2014/2015
23	São Paulo	2013/2014/2015
24	Sport	2014/2015
25	Vasco da Gama	2013/2015
26	Vitória	2013/2014

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os times que não divulgaram o Balanço Patrimonial ou que não apresentaram a conta de Ativo Intangível, em algum dos anos analisados, tiveram que ser retirados da amostra inicial. Sendo assim, quatro times foram excluídos: a Associação Chapecoense de Futebol, pois não foi possível encontrar as Demonstrações Contábeis do ano de 2013 e no Balanço Patrimonial do ano de 2014 não constava a conta de Ativo Intangível; a Associação Atlética Ponte Preta, Esporte Clube Vitória e a Associação Portuguesa de Desportos, pois, no ano de 2013, esses clubes não possuíam a conta de Ativo Intangível nos seus Balanços.

### 3.3 Tratamento dos Dados

Nesta pesquisa, foi realizada análise descritiva através de técnicas estatísticas como Média e Mediana de forma que se evidencie as características da classe dos Ativos Intangíveis nos clubes brasileiros de futebol, verificando a sua representatividade. A mesma foi verificada através da seguinte equação:

$$\text{MATi.t.} = \text{A.I.i.t.} / \text{A.T.i.t.} \times 100\%.$$

Onde:

MAT<sub>i,t</sub>: corresponde à materialidade do Ativo Intangível do Clube *i* no tempo *t*;

A.I.<sub>i,t</sub>: corresponde ao Ativo Intangível do Clube *i* no tempo *t*;

A.T.<sub>i,t</sub>: corresponde ao Ativo Total do Clube *i* no tempo *t*.

Em seguida, a amostra foi dividida em grupos com forte e fraca representatividade dos ativos intangíveis, que vai ser medido através de uma média da Materialidade dos três anos analisados, com a finalidade de verificar se há diferença entre os grupos em relação a variáveis econômico institucionais. Para tanto, foi utilizada a ferramenta da Mediana, onde foi verificado o resultado de 14,22% (para maiores informações, verifique a tabela 2). Logo, abaixo desse valor ficam os clubes com fraca representatividade e acima os que apresentam forte representatividade. Sendo que esses clubes ficaram separados conforme mostra o quadro 2.

### Quadro 2 – Clubes divididos pelas suas representatividades dos Intangíveis

Forte Representatividade	Fraca Representatividade
Santos	Joinville
Grêmio	Fluminense
São Paulo	Criciúma
Palmeiras	Flamengo
Vasco	Internacional
Cruzeiro	Corinthians
Bahia	Atlético MG
Botafogo	Sport
Figueirense	Avaí
Coritiba	Atlético Paranaense
Goiás	Náutico

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Verificou-se então, se as variáveis *Retorno do Patrimônio Líquido* e *Retorno sobre o Ativo* diferem entre os grupos. A seguir, relacionam-se as variáveis representativas de características econômico institucionais e suas respectivas métricas.

### Quadro 3 – Variáveis que são utilizadas na pesquisa e suas respectivas fórmulas

Variável	Métrica
Retorno sobre o PL	$\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido} \times 100\%$
Retorno sobre o Ativo	$\text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}$

Fonte: Elaborado pelo Autor

Através da análise da Materialidade com as variáveis acima, espera-se verificar que os clubes com fortes representatividades de Ativo Intangível tenham por consequência maiores rentabilidades.

#### 4. ANÁLISE DO RESULTADO DA PESQUISA

Através de análise descritiva, foi possível relacionar a composição dos Ativos Intangíveis, e verificou-se, no Balanço Patrimonial, as seguintes contas: Direitos Econômicos, Custo de Formação, Softwares, Direitos de Imagem, além da Amortização/Depreciação Acumulada.

Destaque para as duas primeiras contas, que estão presentes em todas as Demonstrações dos Clubes analisados, sendo as exceções, as equipes do Joinville e Náutico, sendo que este último, nos anos de 2014 e 2015, não especifica as contas que tem no Intangível.

Tirando da Amostra os dois times citados acima, foi possível verificar a seguinte composição dos Ativos Intangíveis:

**Tabela 1 – As Contas dos Ativos Intangíveis e suas frequências nas Demonstrações Contábeis dos Clubes**

CONTAS	QUANTIDADE DE EQUIPES
Direitos Econômicos	20
Custo de Formação	20
Softwares	14
Direitos de Imagem	13

Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível verificar que algumas equipes passaram a registrar o Direito de Imagem a partir do ano de 2014, com a Aprovação da ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional, através da Resolução CFC de N° 1.429 do ano de 2013. Este normativo propugna que valores relativos aos direitos de imagem devem estar registrados no Ativo Intangível das entidades de futebol profissional.

Por exemplo, o Sport Club Corinthians Paulista até 2014 registrava a conta Formação de Atletas no Imobilizado e não registrava o Direito de Imagem. No ano seguinte, ele ajustou as devidas contas e reapresentou as suas demonstrações, o que acabou acarretando algumas mudanças nos seus valores. O valor do Intangível do ano de 2014, era de R\$ 49.233.000,00 e nas Demonstrações do ano de 2015, com a adição dos valores da Formação de Atletas e do Direito de Imagem, esse valor passou a ser R\$ 176.556.000,00, ou seja, um aumento de mais de 72%.

Através de análise horizontal, verificou-se que no decorrer dos anos de 2013 a 2015, os valores do Ativo Intangível apresentaram um aumento considerável. A soma dos Ativos Intangíveis dos clubes em 2013 era de R\$ 941.477.357,58, em 2014 esse valor teve um aumento de 3,86% e no ano de 2015 esse aumento passou a ser de 18,79% (R\$ 1.118.372.198,81).

O clube com o maior Ativo Intangível registrado, nos três anos que foram analisados, foi o São Paulo Futebol Clube, que no ano de 2015, tinha como registrado o valor

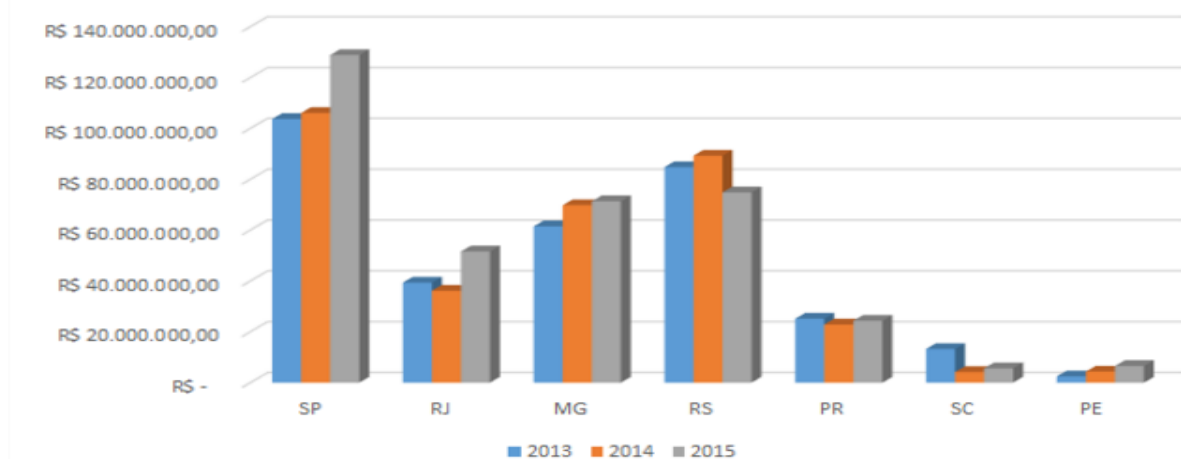
de R\$ 160.857.000,00; o clube com o menor Investimento foi o Joinville Esporte Clube, que no mesmo ano, possuía R\$ 2.002.216,00, sendo esse valor 1,24% do total do Intangível do São Paulo. Lembrando que, no ano de 2015 o São Paulo terminou o Campeonato Brasileiro da Série A em 4º lugar e o Joinville em último, sendo assim rebaixado para a 2ª divisão do Campeonato Brasileiro.

Dos 22 times analisados, oito apresentaram redução da rubrica ativos intangíveis em algum período; a maior redução foi constatada no clube do Botafogo, que no ano de 2013 possuía um valor de R\$ 39.696.000 e no ano de 2015 passou a ser R\$ 6.072.000, uma redução de 84,7%.

Nas Notas Explicativas, o Clube alega que essa diminuição foi decorrente da ausência de recursos gerados por participação em competições internacionais e a não obtenção de receitas significativas com negociações de direitos econômicos de atletas, o que acabou afetando o seu orçamento.

Distribuindo os Clubes pelos estados pelos quais são afiliados, foi possível separar sete estados (RJ, SP, RS, SC, PE, MG, PR), sobrando o Esporte Clube Bahia e o Goiás Esporte Clube, pois ambos são os únicos representantes dos seus estados na amostra. Como é possível verificar no Gráfico 01, existem diferenças significativas nos valores que são investidos no Intangível por estados.

**Gráfico 01 – Ativo Intangível dos Clubes separados por Regiões**



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Como se pode visualizar, os times Paulistas foram os que apresentaram uma maior representatividade nos anos analisados, a maior média foi no ano de 2015, com o valor R\$ 128.856.250,00; logo após os times Paulistas vêm os times Gaúchos e Mineiros, que apresentaram valores próximos.

Os times Pernambucanos e os Catarinenses foram os times que tiveram a menor representatividade, em 2015 o último lugar foi ocupado pelos times Catarinenses com o valor de R\$ 5.633.417,72, sendo que nesse ano, dos 4 times deste estado, que estão na Amostra, dois foram rebaixados (Joinville Esporte Clube e o Avaí Futebol Clube), o Figueirense Futebol Clube terminou a competição em 16º, ou seja, a uma posição de ser rebaixado e a equipe do Criciúma Esporte Clube ficou em 12º lugar do Campeonato Brasileiro da Série B.

Nota-se, portanto, que os maiores valores estão registrados nos estados onde estão afiliados os considerados "Times Grandes Brasileiros", que são os clubes dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A diferença desses valores pode ser explicada pelo valor que esses clubes obtêm como Receita, decorrente dos valores diferenciados recebidos das Cotas de TV, Publicidade, Patrocinadores, além do número de Sócios Torcedores que alguns desses times possuem, e o preço dos ingressos.

Em relação a materialidade do Ativo Intangível, a média entre os anos analisados foi de 15,31%, com um grande destaque, como se pode ver pela tabela 02, para equipe do Santos, que deve uma média de 56,95%, quase quatro vezes maior do que a média dos Clubes. No ano de 2014 a sua materialidade foi de 64,9% (R\$ 120.850.000,00) sendo que a maior parte vem de Atletas Contratados (R\$55.204.000,00) e desse valor mais da metade advém de apenas um jogador, no caso seria o Leandro Damiano da Silva dos Santos, que foi o responsável pelo montante de R\$ 36.430.000,00, ou seja, 66% do valor de Atletas Formados.

**Tabela 2 – Clubes da Série A e suas respectivas materialidades do Ativo intangível**

<b>Clubes</b>	<b>Materialidade</b>
Santos	56,95%
Grêmio	29,88%
São Paulo	28,78%
Palmeiras	20,69%
Vasco da Gama	20,55%
Cruzeiro	19,35%
Bahia	19,19%
Botafogo	17,30%
Figueirense	17,03%
Coritiba	16,30%
Góias	16,20%
Joinville	12,23%
Fluminense	11,16%
Criciúma	10,44%
Flamengo	9,21%
Internacional	8,59%
Corinthians	6,24%
Atlético MG	5,75%
Sport	3,93%
Avai	3,50%
Atlético PR	2,45%
Náutico	1,07%

Fonte: Elaborado pelo Autor

Fazendo uma comparação da Materialidade com a Performance dos Clubes nos Campeonatos Brasileiros nos anos estudados, não é possível inferir nenhuma relação entre os dois. Nos anos de 2013 a 2015 o Cruzeiro (2 vezes) e o Corinthians foram campeões, o primeiro tem uma materialidade um pouco superior à média, enquanto o segundo tem uma materialidade de apenas 6,24%.

Comparando o melhor e o pior time em relação à Materialidade (Santos e Náutico) e às suas campanhas, o Santos, apesar da sua grande superioridade em relação aos outros times, não alcançou o mesmo êxito nos campeonatos brasileiros nos anos analisados, tendo sido a sua melhor posição no Campeonato Brasileiro de 2013 e 2015, ficando em ambos na 7ª posição.

Por sua vez o Náutico, coincidentemente, em 2013 ficou em último lugar no Campeonato Brasileiro, e em 2014 e 2015 disputou o Campeonato Brasileiro da Série B. Porém o Vasco, com uma materialidade de 20,55%, a 6ª maior média entre os Clubes, também foi rebaixado nos de 2013 e 2015.

Para comparar a materialidade dos Ativos Intangíveis com as variáveis do Retorno sobre o Ativo (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) dos anos de 2013 a 2015, os clubes foram separados em 2 grupos, onde o determinante seria o valor da média do Ativo Intangível nos três anos analisados. Esses times foram separados em 2 grupos para verificar se entre eles, haveria uma diferença significativa nos resultados das variáveis estudadas.

Os 22 times analisados foram colocados em ordem crescente, e foi usado a mediana para definir o valor a ser usado para separar esses clubes, ou seja, foi usado o valor médio dos clubes na 11ª e 12ª colocações, sendo o tal valor 14,22%.

Os clubes foram separados conforme demonstrou o Quadro 2, ficando 11 times em cada grupo. Depois de separados, foi realizada uma análise através dos resultados obtidos da materialidade, com as variáveis da ROA e do ROE.

No que se refere ao ROE, foi somado os valores dos três anos analisados das variáveis Lucro Líquido e Patrimônio Líquido e através do resultado foi calculado a média. As tabelas 3 e 4 apresentam os clubes e os seus valores do Lucro Líquido e Patrimônio Líquido de cada ano e suas médias.

**Tabela 3 – Clubes e os seus valores do Lucro Líquido de cada ano e suas médias.**

Clubes	Lucro Líquido			Média
	2013	2014	2015	
Atlético MG	-R\$ 22.534.181,00	-R\$ 48.446.761,00	-R\$ 11.908.723,00	-R\$ 27.629.888,33
Atlético PR	-R\$ 6.497.075,00	R\$ 43.243.921,00	R\$ 45.829.032,00	R\$ 27.525.292,67
Avaí	-R\$ 11.382.820,82	R\$ 245.442,59	-R\$ 12.528.727,18	-R\$ 7.888.701,80
Bahia	-R\$ 113.062.000,00	-R\$ 13.689.000,00	R\$ 34.154.000,00	-R\$ 30.865.666,67
Botafogo	-R\$ 73.991.000,00	-R\$ 174.844.000,00	R\$ 108.801.000,00	-R\$ 46.678.000,00
Corinthians	R\$ 10.650.000,00	-R\$ 97.015.000,00	-R\$ 97.084.000,00	-R\$ 61.149.666,67
Coritiba	-R\$ 6.664.268,00	-R\$ 42.886.923,00	-R\$ 16.470.557,00	-R\$ 22.007.249,33
Criciúma	R\$ 6.288.354,00	R\$ 4.122,00	-R\$ 10.414.036,00	-R\$ 1.373.853,33
Cruzeiro	-R\$ 22.821.944,69	-R\$ 38.659.240,68	-R\$ 25.790.012,48	-R\$ 29.090.399,28
Figueirense	-R\$ 19.631.819,00	-R\$ 8.311.043,00	R\$ 1.049.621,00	-R\$ 8.964.413,67
Flamengo	-R\$ 19.512.492,00	R\$ 64.312.000,00	R\$ 130.450.000,00	R\$ 58.416.502,67
Fluminense	-R\$ 3.308.000,00	-R\$ 7.114.000,00	R\$ 31.802.000,00	R\$ 7.126.666,67
Góias	-R\$ 7.493.428,43	R\$ 15.108.315,81	R\$ 25.527.016,26	R\$ 11.047.301,21
Grêmio	-R\$ 51.487.000,00	-R\$ 31.611.000,00	-R\$ 37.555.000,00	-R\$ 40.217.666,67
Internacional	-R\$ 952.186,00	-R\$ 49.086.034,00	R\$ 27.587.411,00	-R\$ 7.483.603,00

Joinville	-R\$ 1.018.350,00	R\$ 311.861,00	-R\$ 287.671,00	-R\$ 331.386,67
Náutico	-R\$ 721.320,00	-R\$ 13.346.684,00	-R\$ 11.071.601,00	-R\$ 8.379.868,33
Palmeiras	-R\$ 22.621.000,00	-R\$ 27.694.000,00	-R\$ 3.443.000,00	-R\$ 17.919.333,33
Santos	-R\$ 40.621.000,00	-R\$ 58.955.000,00	-R\$ 78.190.000,00	-R\$ 59.255.333,33
São Paulo	R\$ 23.524.000,00	-R\$ 100.126.000,00	-R\$ 72.515.000,00	-R\$ 49.705.666,67
Sport	-R\$ 4.963.656,00	-R\$ 8.627.606,00	-R\$ 26.528.983,00	-R\$ 13.373.415,00
Vasco da Gama	-R\$ 10.361.605,00	-R\$ 13.642.561,00	R\$ 119.805.885,00	R\$ 31.933.906,33

Fonte: Elaborado pelo Autor.

**Tabela 4 – Clubes e os seus valores do Patrimônio Líquido de cada ano e suas médias.**

Clubes	Patrimônio Líquido			Média
	2013	2014	2015	
Atlético MG	R\$ 242.475.486,00	R\$ 194.028.725,00	R\$ 177.403.367,00	R\$ 204.635.859,33
Atlético PR	R\$ 255.726.181,00	R\$ 298.970.102,00	R\$ 344.799.134,00	R\$ 299.831.805,67
Avai	R\$ 12.999.731,81	R\$ 2.120.882,40	-R\$ 10.407.844,78	R\$ 1.570.923,14
Bahia	-R\$ 159.867.000,00	-R\$ 173.566.000,00	-R\$ 139.412.000,00	-R\$ 157.615.000,00
Botafogo	-R\$ 615.256.000,00	-R\$ 790.100.000,00	-R\$ 681.300.000,00	-R\$ 695.552.000,00
Corinthians	R\$ 75.888.000,00	-R\$ 27.127.000,00	-R\$ 118.212.000,00	-R\$ 23.150.333,33
Coritiba	R\$ 26.295.157,00	-R\$ 16.591.766,00	-R\$ 33.062.323,00	-R\$ 7.786.310,67
Criciúma	R\$ 42.784.412,00	R\$ 42.788.535,00	R\$ 32.374.500,00	R\$ 39.315.815,67
Cruzeiro	R\$ 100.154.981,79	R\$ 60.047.374,52	R\$ 32.021.440,60	R\$ 64.074.598,97
Figueirense	-R\$ 26.536.486,00	-R\$ 34.247.530,00	-R\$ 33.197.908,00	-R\$ 31.327.308,00
Flamengo	-R\$ 443.400.826,00	-R\$ 379.089.000,00	-R\$ 248.639.000,00	-R\$ 357.042.942,00
Fluminense	-R\$ 76.366.000,00	-R\$ 83.481.000,00	-R\$ 51.678.000,00	-R\$ 70.508.333,33
Góias	-R\$ 79.103.382,47	-R\$ 63.995.066,66	-R\$ 38.468.050,40	-R\$ 60.522.166,51
Grêmio	-R\$ 22.395.000,00	-R\$ 95.887.000,00	-R\$ 133.441.000,00	-R\$ 83.907.666,67
Internacional	R\$ 421.357.003,00	R\$ 372.274.957,00	R\$ 399.237.488,00	R\$ 397.623.149,33
Joinville	-R\$ 8.651.042,00	-R\$ 8.227.547,00	-R\$ 9.682.004,00	-R\$ 8.853.531,00
Náutico	R\$ 91.085.016,00	R\$ 42.060.153,00	R\$ 31.158.511,00	R\$ 54.767.893,33
Palmeiras	-R\$ 100.511.000,00	-R\$ 128.205.000,00	-R\$ 117.644.000,00	-R\$ 115.453.333,33
Santos	-R\$ 137.393.000,00	-R\$ 203.374.000,00	-R\$ 281.564.000,00	-R\$ 207.443.666,67
São Paulo	R\$ 247.575.000,00	R\$ 153.035.000,00	R\$ 80.707.000,00	R\$ 160.439.000,00
Sport	R\$ 105.197.994,00	R\$ 96.570.388,00	R\$ 70.168.033,00	R\$ 90.645.471,67
Vasco da Gama	-R\$ 353.321.258,00	-R\$ 366.998.565,00	-R\$ 301.063.629,00	-R\$ 340.461.150,67

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Por meio da média dessas duas variáveis, foi calculado o ROE conforme mostra a fórmula do Quadro 3. Na tabela 5 estão os clubes separados em seus respectivos grupos e as suas porcentagens.



**Tabela 5 – Clubes e seus respectivos valores do ROE**

Forte Representatividade		Fracamente Representatividade	
Santos	28,56%*	Joinville	3,74%*
Grêmio	47,93%*	Fluminense	-10,11%
São Paulo	-30,98%	Criciúma	-3,49%
Palmeiras	15,52%*	Flamengo	-16,36%
Vasco	-9,38%	Internacional	-1,88%
Cruzeiro	-45,40%	Corinthians	264,15%*
Bahia	19,58%*	Atlético Mineiro	-13,50%
Botafogo	6,71%*	Sport	-14,75%
Figueirense	28,62%*	Avaí	-502,17%
Coritiba	282,64%*	Atlético Paranaense	9,18%
Goiás	-18,25%	Náutico	-15,30%

\*São clubes que apresentaram resultados Falso Positivos, pois tiveram a média das variáveis negativas.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Foi necessário descartar a análise de 9 times, pois os resultados não condiziam com a realidade. Esses times (Santos, Grêmio, Palmeiras, Bahia, Botafogo, Figueirense, Coritiba, Joinville e Corinthians) obtiveram um ROE positivo, mas ele só foi positivo, em decorrência que as médias do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido foram negativas, os resultados dos ROEs desses times foram “falso positivos”, não sendo possível fazer uma análise mais detalhada, nem inferir algo a respeito desses resultados.

Dos times com Forte Representatividade o pior foi o Cruzeiro com o ROE de - 45,4%, muito em decorrência da redução de seu Patrimônio Líquido (64%) e do Prejuízo Líquido nos três anos analisados. Lembrando que em 2014 e 2015 o Cruzeiro foi Bicampeão Brasileiro da Série A.

O time com a pior ROE está localizado no grupo de Fracamente Representatividade, sendo este o Avaí com - 502,17%, sendo o fator principal para esse resultado o seu alto valor do Prejuízo Líquido (-R\$ 7.888.701,80) frente ao positivo, mas baixo valor, de seu Patrimônio Líquido (R\$ 1.570.923,14).

Destaque para os times do Flamengo, Goiás e Vasco, que obtiveram uma redução nos seus Prejuízos Líquidos (43,9%, 51,4% e 14,8% respectivamente) e um aumento nos Lucros Líquidos (768%, 440% e 1256%) nos anos analisados.

Único time que teve um ROE positivo foi o clube Atlético Paranaense (9,18%), pois foi o único clube que teve a Média de Patrimônio Líquido e Lucro Líquido positivo. Sendo que ele esteve presente nos três Campeonatos Brasileiros da Série A, sendo que sua melhor posição foi no Campeonato Brasileiro de 2013, onde terminou em 3º lugar. Lembrando que o mesmo tem uma materialidade média de 2,45% nos anos analisados, o penúltimo time no ranking das materialidades.

Em relação ao ROA, foi somado os valores dos três anos analisados das variáveis Ativo Total e Lucro Líquido (Tabela 03) e através do resultado foi calculado a média. Segue abaixo as tabelas com os clubes e os seus valores do Ativo Total.

**Tabela 06 – Clubes e os seus valores do Ativo Total de cada ano e suas médias.**

Clubes	Ativo Total			Média
	2013	2014	2015	
Atlético MG	R\$ 788.233.349,00	R\$ 751.857.477,00	R\$ 766.117.386,00	R\$ 788.233.349,00
Atlético PR	R\$ 547.188.898,00	R\$ 553.527.049,00	R\$ 598.481.080,00	R\$ 547.188.898,00
Avai	R\$ 69.691.637,72	R\$ 57.201.565,41	R\$ 59.261.156,09	R\$ 69.691.637,72
Bahia	R\$ 27.805.339,00	R\$ 81.972.000,00	R\$ 77.129.000,00	R\$ 27.805.339,00
Botafogo	R\$ 111.365.000,00	R\$ 110.367.000,00	R\$ 109.571.000,00	R\$ 111.365.000,00
Corinthians	R\$ 1.280.977.000,00	R\$ 1.453.117.000,00	R\$ 1.351.700.000,00	R\$ 1.280.977.000,00
Coritiba	R\$ 212.089.640,00	R\$ 212.542.302,00	R\$ 205.622.153,00	R\$ 212.089.640,00
Criciúma	R\$ 61.770.354,00	R\$ 68.717.021,00	R\$ 62.771.236,00	R\$ 61.770.354,00
Cruzeiro	R\$ 435.035.664,93	R\$ 468.439.307,71	R\$ 501.685.634,22	R\$ 435.035.664,93
Figueirense	R\$ 39.498.391,00	R\$ 37.083.961,00	R\$ 42.209.542,00	R\$ 39.498.391,00
Flamengo	R\$ 382.049.987,00	R\$ 429.911.000,00	R\$ 451.372.000,00	R\$ 382.049.987,00
Fluminense	R\$ 414.790.000,00	R\$ 379.069.000,00	R\$ 438.641.000,00	R\$ 414.790.000,00
Góias	R\$ 24.094.068,04	R\$ 25.100.293,50	R\$ 35.636.243,35	R\$ 24.094.068,04
Grêmio	R\$ 288.902.000,00	R\$ 369.853.000,00	R\$ 327.541.000,00	R\$ 288.902.000,00
Internacional	R\$ 792.843.783,00	R\$ 733.196.288,00	R\$ 847.326.830,00	R\$ 792.843.783,00
Joinville	R\$ 6.537.193,00	R\$ 9.455.673,00	R\$ 8.515.998,00	R\$ 6.537.193,00
Naútico	R\$ 181.089.365,00	R\$ 179.424.725,00	R\$ 180.425.958,00	R\$ 181.089.365,00
Palmeiras	R\$ 365.896.000,00	R\$ 186.205.000,00	R\$ 344.499.000,00	R\$ 365.896.000,00
Santos	R\$ 192.142.000,00	R\$ 186.205.000,00	R\$ 152.457.000,00	R\$ 192.142.000,00
São Paulo	R\$ 560.496.000,00	R\$ 558.250.000,00	R\$ 1.047.094.000,00	R\$ 560.496.000,00
Sport	R\$ 155.870.420,00	R\$ 169.967.012,00	R\$ 191.335.610,00	R\$ 155.870.420,00
Vasco da Gama	R\$ 356.009.523,00	R\$ 321.632.527,00	R\$ 278.854.523,00	R\$ 356.009.523,00

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Por meio da média dessas duas variáveis, foi calculado o ROA conforme mostra a fórmula do Quadro 3. Na tabela 7 estão os clubes separados em seus respectivos grupos e as suas porcentagens.

**Tabela 7 – Clubes e seus respectivos valores do ROA**

<b>Forte Representatividade</b>		<b>Fraca Representatividade</b>	
Santos	-33,49%	Joinville	-4,06%
Grêmio	-12,23%	Fluminense	1,73%
São Paulo	-6,88%	Criciúma	-2,13%
Palmeiras	-6,00%	Flamengo	13,87%
Vasco	10,02%	Internacional	-0,95%
Cruzeiro	-2,13%	Corinthians	4,71%
Bahia	-49,54%	Atlético Mineiro	-3,59%
Botafogo	-42,27%	Sport	-7,76%
Figueirense	-22,64%	Avaí	-12,71%
Coritiba	-10,48%	Atlético Paranaense	4,86%
Goiás	39,07%	Náutico	-4,65%

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Dos 22 times analisados apenas 6 obtiveram um ROA médio positivo, que foi justamente os times que apresentaram as médias de Lucros Líquidos positivos, sendo esses 2 times com Forte Representatividade (Vasco e Goiás) e 4 times com Fraca Representatividade (Fluminense, Flamengo, Corinthians e Atlético Paranaense).

Dos times com Forte Representatividade, Vasco e Goiás foram os únicos com ROAs positivos, sendo que o Vasco foi rebaixado para a Série B em 2013 e 2015 e o Goiás também foi rebaixado em 2015. Os times desse grupo com os piores índices foram o Botafogo e o Bahia, com -42,27% e -49,54% respectivamente, sendo decorrente de seus altos valores de Lucro Líquido negativo (R\$ 19.196.000 e R\$ 12.048.000).

Em contrapartida, 4 times de Fraca Representatividade tiveram ROAs positivos, sendo estes: Fluminense, Flamengo, Corinthians e Atlético Paranaense. Tendo destaque as equipes de Atlético Paranaense e Flamengo que tiveram seus ROAs em 4,86% e 13,87%, sendo isso como causa do acréscimo que tiveram no Lucro Líquido e no Ativo Total nos anos analisados. Como se pode visualizar na tabela 7, os times do Grupo de Fraca Representatividade apresentaram resultados melhores que os times com Forte Representatividade do Ativo Intangível.

Como se pôde ver, a separação dos clubes em 2 grupos não impactou o resultado do estudo. Na análise da Retorno sobre o Patrimônio Líquido, apenas 1 clube teve esse índice positivo, Atlético Paranaense (Tabela 5), sendo que esse clube tem uma média de materialidade de apenas 2,45%, ou seja, pertence ao grupo de Fraca Representatividade. E dos clubes no mesmo grupo, o que obteve o pior índice foi o Bicampeão do Campeonato Brasileiro da Série A, Cruzeiro.

Dos times analisados, menos da metade, 9, apresentaram uma média de Patrimônio Líquido positivo, sendo isso decorrente de alguns motivos, como resultados abaixo do esperado em campo, baixa presença de público no estádio, não participação de campeonatos internacionais, dívidas de anos anteriores.

Em relação ao Retorno do Ativo, apenas 6 clubes tiveram seus índices positivos, sendo que a maioria, 4 times, são do grupo de Fraca Representatividade. Desses times, o que

apresenta a maior materialidade é a equipe do Goiás com 39,07%, sendo que dos times estudados apresenta uma materialidade de 16,20% e no ano de 2015 o mesmo foi rebaixado para a 2ª divisão do Campeonato Brasileiro.

Cabe destacar a equipe do Atlético Paranaense, que nas duas variáveis estudadas, apresentou índices positivos nas mesmas, tendo sido o único time com o ROE positivo. Sendo que é o penúltimo time no quesito Materialidade, com apenas 2,45%.

Pela análise feita, é possível inferir que a materialidade do Ativo Intangível dos Clubes de Futebol Brasileiros não interfere no resultado das variáveis de Retorno sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido. Sendo assim, conclui-se que, ao contrário do esperado, a materialidade do Ativo Intangível não é determinante para os seus resultados de retorno. Logo, não é possível fazer nenhum tipo de inferência da relação entre a materialidade e essas variáveis.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal verificar a materialidade do Ativo Intangível evidenciado nas Demonstrações Contábeis dos Clubes de Futebol no Brasil, do Campeonato Brasileiro da Série A, no período de 2013 a 2015, além dos objetivos específicos, que foram analisar os elementos que compõem o Intangível dos clubes de futebol, apresentar a movimentação financeira dos clubes e relacionar a participação do Intangível nos resultados obtidos.

No que se refere ao Ativo Intangível Total dos Clubes, o mesmo apresentou um aumento de 18,79% nos anos estudados, com destaque para a equipe do São Paulo Futebol Clube, que foi o clube que registrou um maior investimento nessa conta (R\$ 557.968.000,00).

Em relação a materialidade do Ativo Intangível, a média entre os anos analisados foi de 15,31%, com um grande destaque, para equipe do Santos Futebol Clube, que deve uma média de 56,95%, quase quatro vezes maior do que a média dos Clubes. Analisando a Materialidade e comparando com a Performance dos Clubes nos Campeonatos Brasileiros nos anos estudados, não foi possível inferir nenhuma relação entre os dois. Como exemplo disso, usa-se as equipes do Cruzeiro Esporte Clube e Sport Club Corinthians Paulista, que foram os campeões dos Campeonatos no período estudado, onde o primeiro deve uma materialidade um pouco superior à média (19,35%), enquanto o segundo deve uma materialidade de apenas 6,24%.

Após o estudo da materialidade dos Clubes, os mesmos foram separados em 2 grupos, tendo em conta os valores das suas respectivas materialidades, em Forte e Fraca Representatividade. Depois foi feita uma comparação dos valores da materialidade com as variáveis de Retorno sobre o Patrimônio Líquido e Retorno sobre o Ativo.

Na análise do Retorno sobre o Patrimônio Líquido, 9 times tiveram que ser descartados, tendo em vista que os resultados não expressaram a realidade, pois os retornos deles foram positivos, sendo que as médias do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido, variáveis usadas na fórmula, foram negativas, conseqüentemente não sendo possível fazer uma análise mais detalhada, nem inferir algo a respeito desses resultados.

Dos times com Forte Representatividade o pior foi o Cruzeiro com o ROE de - 45,4%. O time com a pior ROA está localizado no grupo de Fraca Representatividade, sendo este o Avaí com - 502,17%, sendo o fator principal para esse resultado o seu alto valor do Prejuízo Líquido (-R\$ 7.888.701,80) frente ao positivo, mas baixo valor, de seu Patrimônio Líquido (R\$ 1.570.923,14).

Destaque para os times do Flamengo, Goiás e Vasco, que obtiveram uma redução nos seus Prejuízos Líquidos (43,9%, 51,4% e 14,8% respectivamente) e um aumento nos Lucros Líquidos (768%, 440% e 1256%) nos anos analisados.

Na análise do Retorno sobre o Ativo, 6 clubes tiveram seus índices positivos (Tabela 7), sendo que a maioria, 4 times, são do grupo de Fraca Representatividade. Desses times, o que apresenta um melhor resultado é a equipe do Goiás com 39,07%, sendo que o mesmo que foi rebaixado para o Campeonato Brasileiro da Série B no ano de 2015 e apresenta uma materialidade de 16,20%.

Os 6 clubes que tiveram os seus Retornos positivos, foram os únicos times que apresentaram a média de Lucro Líquido positiva nos anos analisados, o que acaba mostrando a ainda “carente” responsabilidade financeira desses Clubes, algo que futuramente tende a se reduzir de maneira significativa, tendo em vista, a procura por parte dos Dirigentes dos principais clubes, em modernizarem as práticas de Gestão dos mesmos.

O Clube que mais se destacou nos anos analisados, foi o Clube Atlético Paranaense, tendo em vista que nas duas variáveis estudadas, apresentou índices positivos nas mesmas, tendo sido o único time com o ROE positivo e sendo o 4º melhor time no índice do ROA. Sendo que na materialidade o mesmo não se destaca, muito pelo contrário, é o penúltimo time nesse quesito, com apenas 2,45%. E nos Campeonatos analisados, a melhor campanha foi no ano de 2015, onde ficou em 3º lugar.

Pela análise feita, foi possível inferir que a materialidade do Ativo Intangível dos Clubes de Futebol Brasileiros não interfere no resultado das variáveis de Retorno sobre o Ativo e Retorno sobre o Patrimônio Líquido. Sendo assim, conclui-se que, ao contrário do esperado, a materialidade do Ativo Intangível não é determinante para os seus resultados de retorno. Logo, não é possível fazer nenhum tipo de inferência da relação entre a materialidade e essas variáveis.

Dentre as limitações do presente estudo, pode-se destacar que nem todos os clubes apresentaram a conta de Ativo Intangível nos seus Ativos, vários times não disponibilizaram as suas Demonstrações Contábeis em seus respectivos Portais, e os que disponibilizavam essas informações, muitas vezes só apresentavam o Balanço Patrimonial.

Para futuras pesquisas, sugere-se avaliar as mesmas variáveis em futuros períodos para verificar se os Clubes melhoraram os seus resultados, podendo utilizar outras variáveis, como o Endividamento, também podendo utilizar algum modelo estatístico.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, P. S. S.; PEREIRA, R. M.; TOSTES, F. P. **A evidenciação contábil do ativo intangível – atletas – dos clubes de futebol**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006.
- BDO. **8º Valor das Marcas dos clubes brasileiros**. Finanças dos clubes, 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei nº3.199 de 14 abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo país. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 abr. 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm).

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.354 de 2 de setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 set. 1976. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128406/lei-6354-76>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.672 de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 jul. 1993. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/111099/lei-8672-93>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 mar. 1998. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104129/lei-pele-9615-98>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 mai. 2003. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.671.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm).

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.672 de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 mai. 2003. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.672.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.672.htm).

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm).

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 mai. 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm).

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.155 de 4 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEEX; altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nºs 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências.

**Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo,

Brasília, DF, 15 ago. 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13155.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13155.htm).

CAMPAGNONE, Vinicius Gonçalves. **Legislação no Futebol Profissional do Brasil: da Lei do Passe aos agentes FIFA**. 2009. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

CARDOSO, V. I. C.; MAIA, A. B. G. R.; PONTE, V. M. R. **Práticas de disclosure do ativo intangível em clubes de futebol**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2012.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Competições – Campeonato Brasileiro Série A 2013**. Disponível em: <http://www.cbf.com.br/competicoes/brasileiro-serie-a/classificacao/2013#.V3HD3dIrLIV>.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Competições – Campeonato Brasileiro Série A 2014**. Disponível em: <http://www.cbf.com.br/competicoes/brasileiro-serie-a/classificacao/2014#.V3HEnNlrLIW>.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Competições – Campeonato Brasileiro Série A 2015**. Disponível em: <http://www.cbf.com.br/competicoes/brasileiro-serie-a/classificacao/2015#.V3HEudIrLIX>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Aprova a NBC T 10.13 - Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Desportivas Profissionais**. Resolução n. 1.005 de 17 de março de 2004. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res1005.htm>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Aprova a ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional**. Resolução n. 1.429 de 25 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1429-2013.htm>.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico CPC 04**. 2009. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_04n.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_04n.pdf).

GALVÃO, N. M. S.; MIRANDA, L. C. **Participação e Evidenciação de Atletas nos Demonstrativos Contábeis de Clubes de Futebol Brasileiro**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 6, n. 1, p. 92-111, jan. /abr. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio de et al. **Manual de contabilidade societária: aplicada a todas as sociedades – De acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTA, A. F.; BRANDÃO, I. F.; PONTE, V. M. R. **Disclosure e Materialidade: Evidências nos Ativos Intangíveis dos Clubs Brasileiros de Futebol**. RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia, Joaçaba, v. 15, n. 1, p. 175-200, jan. /abr. 2015.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, J. A. F.; CARVALHO, Frederico Antônio Azevedo. **Evidenciação e desempenho em organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol**. Revista de Contabilidade e Organizações, Fearn/USP, v. 3, n. 6, p. 96-116, maio/ago. 2009.



## APÊNDICE A

**Tabela 8 – Classificação do Campeonato da Série A do ano de 2013, com os clubes participantes e suas respectivas posições e pontuações**

Posição	Clube	Pontos
1	Cruzeiro	76
2	Grêmio	65
3	Atlético-PR	64
4	Botafogo	61
5	EC Vitória	59
6	Goiás	59
7	Santos	57
8	Atlético	57
9	São Paulo	50
10	Corinthians	50
11	Coritiba	48
12	Bahia	48
13	Internacional	48
14	Criciúma	46
15	Fluminense	46
16	Flamengo	45
17	Portuguesa	44
18	Vasco da Gama	44
19	Ponte Preta	37
20	Náutico	20

Fonte: Elaborado pelo Autor.

## APÊNDICE B

**Tabela 9 – Classificação do Campeonato da Série A do ano de 2014, com os clubes participantes e suas respectivas posições e pontuações**

Posição	Clube	Pontos
1	Cruzeiro	80
2	São Paulo	70
3	Internacional	69
4	Corinthians	69
5	Atlético	62
6	Fluminense	61
7	Grêmio	61
8	Atlético-PR	54
9	Santos	53
10	Flamengo	52
11	Sport Recife	52
12	Goiás	47
13	Figueirense	47
14	Coritiba	47
15	Chapecoense	43
16	Palmeiras	40
17	EC Vitória	38
18	Bahia	37
19	Botafogo	34
20	Criciúma	32

Fonte: Elaborado pelo Autor.

## APÊNDICE C

**Tabela 10 – Classificação do Campeonato da Série A do ano de 2015, com os clubes participantes e suas respectivas posições e pontuações**

Posição	Clube	Pontos
1	Corinthians	81
2	Atlético	69
3	Grêmio	68
4	São Paulo	62
5	Internacional	60
6	Sport Recife	59
7	Santos	58
8	Cruzeiro	55
9	Palmeiras	53
10	Atlético-PR	51
11	Ponte Preta	51
12	Flamengo	49
13	Fluminense	47
14	Chapecoense	47
15	Coritiba	44
16	Figueirense	43
17	Avaí	42
18	Vasco da Gama	41
19	Goiás	38
20	Joinville	31

Fonte: Elaborado pelo Autor.